



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

23 de março de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>	
DATA <i>23</i> / 03 / 2017	Página <i>06</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Ministério Público pede suspensão de licitações irregulares em Pirapemas

O Ministério Público do Maranhão ajuizou, no último dia 14, Ação Civil Pública com pedido de liminar provisória de urgência contra o Município de Pirapemas com o objetivo de suspender três processos licitatórios, na modalidade de Tomada de Preço.

A medida foi ajuizada pelo promotor de justiça Tiago Carvalho Rohrr, titular da Comarca de Cantanhede, da qual Pirapemas é termo judiciário.

O representante do MPMA pediu à Justiça que determine nova publicação no diário oficial, observando data, horário e local para recebimento e abertura dos

envelopes de proposta de preço e documentação de habilitação. Também deve ser garantido a todos os interessados acesso aos editais, sob pena de multa de R\$ 10 mil sobre o patrimônio pessoal do prefeito Iomar Salvador Melo Martins.

Os editais tratam de contratação de empresa de construção civil para executar serviços de reforma e ampliação de escolas rurais e urbanas da rede municipal, além de recuperação de estradas vicinais.

DENÚNCIA

Ao se dirigir à Comissão Permanente de Licitação (CPL)

do Município de Pirapemas, em 9 de março, um interessado em participar dos certames não teve acesso aos editais. Ele denunciou o fato ao Ministério Público e, em seguida, o promotor de justiça solicitou a cópia dos documentos e também não recebeu os editais na íntegra. "Os editais foram publicados desde o dia 2 de março, não havendo justificativa razoável para que não estivessem prontos para entregar aos interessados", questionou, na ação, Tiago Rohrr.

No dia 13, o MPMA recebeu outra denúncia de uma empresa interessada em participar das

licitações que não teve acesso aos documentos. Em seguida, outros três interessados compareceram à sede da Promotoria de Justiça para denunciar que a Prefeitura de Pirapemas não repassou a documentação. "É recorrente a dificuldade dos interessados em participar dos processos licitatórios no Município de Pirapemas. A reincidência demonstra flagrante afronta aos princípios da legalidade e da publicidade, comprometendo, inclusive, o caráter competitivo dos processos licitatórios", avaliou o promotor de justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros Estado	
DATA	23 / 03 / 2017	Página	06
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

São Bernardo

MPMA solicita que remoções funcionais sejam justificadas

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) emitiu, em 20 de março, uma Recomendação solicitando que todas as remoções e mudanças de lotação de servidores públicos em São Bernardo e Santana do Maranhão sejam feitas por meio de atos formais devidamente publicados.

A emissão do documento foi motivada por denúncias sobre remoções de servidores dos dois municípios sem atos administrativos publicados. Nos relatos, os denunciantes afirmam que as remoções foram efetivadas em função de "motivos políticos".

"É direito dos servidores saber as

justificativas dos atos da Administração Pública, que deve zelar pelos princípios estabelecidos pela Constituição Federal", esclarece o autor da Recomendação, o titular da Promotoria de Justiça de São Bernardo, Raphaell Aragão Oliveira.

O MPMA requer, ainda, que os prefeitos João Vieira Carvalho (São Bernardo) e Fransquin Tavares (Santana do Maranhão) abstenham-se de remover ou relatar funcionários por razões não previstas na legislação. Também pede a anulação das remoções indevidas ocorridas nos dois locais.

Outra solicitação é que as remoções não

prejudiquem a continuidade dos serviços públicos. Eventuais contratações devem ser realizadas com base na legislação e na validade dos concursos públicos municipais, observando os locais de lotação escolhidos nos certames.

O Ministério Público também requer que os dois Municípios encaminhem, em 10 dias, a lista de todos servidores removidos em 2017, com as lotações de origem e destino, além da especificação das razões e do ato administrativo correlato. Em caso de descumprimento, o MPMA tomará medida judicial cabíveis.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	23 / 03 / 2017	Página	03 <input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Presidente da FAMEM destaca como positivo diálogo com MP em Balsas



Presidente da Famem, Cleomar Tema, em reunião com MPMA

O presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), Cleomar Tema, destacou como extremamente positivo o I Encontro Regional de Gestão Estratégica, realizado entre os dias 20 e 21, na cidade de Balsas, aglutinando representantes do Ministério Público e prefeitos de todos os municípios daquela regional.

“Foi uma verdadeira rodada de diálogos, em que prevaleceu a iniciativa do Ministério Público maranhense, através de seu procurador-geral, Luiz Gonzaga Martins Coelho”, destacou Tema.

O presidente da entidade municipalista estimulou os promotores de justiça de todas as comarcas da regional a estabelecerem um canal de diálogo mais estreitos com as prefeituras. Ele disse que os municípios são penalizados, na maioria das vezes sem motivo justificado, por problemas de pouca importância, principalmente nas áreas de saúde e de educação.

Para o líder municipalista, o diálogo deverá ser preponderante, até para auxiliar as administrações municipais, que carecem de um ponto de apoio. Tema afirmou que muitos colegas prefeitos reclamam por serem denunciados, muitas das vezes sem culpa, e conclamou essa aproximação entre gestores e representantes do Ministério Público.

“Criou-se uma ideia de que um promotor ou um juiz não podem ser amigos de um prefeito, porque isso estaria sendo desvio de função, seria uma relação promíscua. Entendo que não é assim. O prefeito faz

parte de um segmento social de relevante importância, é o que administra uma cidade, que é levado àquele posto pelo voto popular e não pode ser visto pela ótica distorcida de muita gente que o encara como um desonesto”, destacou.

Ao final de seu pronunciamento, Tema elogiou o gesto do Ministério Público do Maranhão, ressaltando que o procurador-geral, Luiz Gonzaga Martins, deu um grande salto ao estabelecer essa aproximação entre representantes do MP e os gestores municipais, assinalando que, desta forma, as administrações municipais poderão iniciar um processo de desenvolvimento, sem aquela visão e aquele temor de que todo promotor de justiça é um inimigo em potencial.

Logo na abertura, Luiz Gonzaga Martins Coelho, destacou que o diálogo e a integração com os membros são fundamentais para que a instituição atinja os objetivos propostos.

“Priorizamos esse momento com os promotores de justiça, para detalhar as estratégias internas, para motivar todos e para ouvir as demandas dos colegas.”

Paulo Silvestre Avelar, titular da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Educação, elogiou o formato proposto nos Encontros Regionais. “A metodologia adotada nesse evento foi muito boa, pois proporcionou um intercâmbio de informações muito valioso”.

O II Encontro Regional está marcado para os dias 23 e 24 deste mês, na cidade de Imperatriz e a FAMEM será representada pelo prefeito Cicinho, de Estreito.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	23 / 03 / 2017	Página	03
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Trinchão consegue liminar para ter acesso ao processo do Caso Sefaz

O ex-secretário de Fazenda do Maranhão Cláudio Trinchão conseguiu liminar na Justiça para ter acesso ao processo movido contra ele e a ex-governadora Roseana Sarney. Os dois são acusados de participar de esquema de concessão ilegal de isenções fiscais na Sefaz.

Representado pelo advogado Ulisses César Martins de Sousa, Trinchão alegou que não pode ser privado de obter cópias do processo para poder se defender. “É ilegal e fere a ampla defesa o impedimento de acesso aos autos”, afirmou o advogado.

O Tribunal de Justiça do Maranhão acatou o argumento do advogado, segundo este, de violação à Súmula Vinculante 14, do Supremo Tribunal Federal, que diz: “É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do



O ex-secretário Cláudio Trinchão conseguiu na Justiça ter acesso ao processo movido contra ele e a ex-governadora Roseana Sarney

direito de defesa”. Segundo o advogado, o ex-secretário foi obrigado a apresentar sua defesa mesmo sem a cópia integral das acusações.

O desembargador Antonio Guerreiro Júnior concedeu “acesso a toda informação já produzida e formalmente incorporada aos autos da persecução penal em causa, sendo

inegável que o conhecimento do acervo probatório pode revelar-se de inquestionável e imensurável relevo para a própria elaboração de sua defesa técnica”.

De acordo com Ulysses Sousa, em novembro de 2016, ele solicitou por escrito o fornecimento da cópia integral do processo, incluindo todas as provas já documentadas. O pedido não foi

DIVULGAÇÃO

atendido até a concessão dessa liminar. O advogado alegou que os relatórios de auditoria que deram origem à ação penal são recheados de inverdades e inconsistências.

“Demonstram o despreparo – ou a má fé – dos servidores que os elaboraram e o desconhecimento dos temas que eram objeto da investigação”. Segundo o advogado, o acusado não era responsável pela celebração de acordos judiciais. Portanto, diz ele, não lhe cabia opinar acerca da legalidade de tais transações, que foram homologadas pelo Poder Judiciário, com atuação do Ministério Público, que age nesses casos como fiscal da lei. “Logo, falar na simulação de débitos significa lançar suspeitas sobre a conduta dos magistrados e membros do Ministério Público que atuaram em tais processos. Aliás, um desses acordos (caso Santander) somente foi celebrado após ter sido previamente submetido a exame do Ministério Público”, concluiu.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA		
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder			
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog			
DATA	23 / 03 / 2017	Página	05	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

CASO SEFAZ

Trinchão consegue acesso a seu processo

DA REDAÇÃO

O ex-secretário de Fazenda do Maranhão Cláudio Trinchão conseguiu liminar para ter acesso ao processo movido contra ele e a ex-governadora Roseana Sarney. Ele é acusado de participar de esquema de concessão ilegal de isenções fiscais, na Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), que desviou milhões dos cofres públicos.

Trinchão, representado pelo advogado Ulisses César Martins de Sousa, do Ulisses Sousa Advogados Associados, alegou que não pode ser privado de obter cópias do processo para poder se



defender. "É ilegal e fere a ampla defesa o impedimento de acesso aos autos", afirma o advogado.

O Tribunal de Justiça do Maranhão acatou o argumento do advogado de violação à Súmula

Vinculante 14, do Supremo Tribunal Federal. Diz a Súmula: "É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedi-

mento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa". Segundo o advogado, o ex-secretário foi obrigado a apresentar sua defesa mesmo sem a cópia integral das acusações.

O desembargador Antonio Guerreiro Júnior concedeu "o acesso a toda informação já produzida e formalmente incorporada aos autos da persecução penal em causa, sendo inegável que o conhecimento do acervo probatório pode revelar-se de inquestionável e imensurável relevo para a própria elaboração de sua defesa técnica".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	23 / 03 / 2017	Página	04

TRANSPARÊNCIA

Lei completa dois anos e já mostra mudança

É crescente, no Maranhão, o número de cidadãos que exercem o direito do acesso às informações públicas. No Maranhão, o chamado 'controle social' – que é o pleno desenvolvimento da fiscalização dos atos e gastos públicos – passou a ser um dos pilares da gestão do Governo do Estado há dois anos, com a regulamentação da Lei de Acesso à Informação (LAI), a partir da Lei Estadual nº 10.217, de 23 de março de 2015.

A Secretaria de Estado de Transparência e Controle (STC), por meio da Ouvidoria-Geral do Estado (OGE/STC), foi a responsável pela regulamentação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no âmbito estadual. Em março de 2015, a lei estadual entrou em vigor e como resultado imediato da sua aplicação, o Maranhão deixou as últimas colocações em acesso à informação pública e transparência e passou a ser referência positiva para o Brasil. Segundo a Escala Brasil Transparente do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), o Maranhão obteve nota 10 em cumprimento da Lei de Acesso à Informação, obtendo a primeira colocação no ranking nacional dentre todos os estados e o Distrito Federal, situação que se manteve em 2016.

"Embora a Lei de Acesso à Informação estivesse em vigor

desde 2011, o Estado do Maranhão não garantia esse direito aos cidadãos, o que só foi possível a partir do encaminhamen-

DETALHES DA LAI

A Lei nº 10.217/15 (Lei Estadual da Transparência) garante o acesso a informações sobre órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público do Estado do Maranhão; assim como informações públicas sobre autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Maranhão.

As regras estaduais também são aplicadas às entidades privadas e aos municípios que recebem, para realização de ações de interesse público, recursos públicos provenientes do orçamento do Estado ou mediante subvenções sociais, contratos de gestão, termos de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

O acesso a informações públicas é assegurado pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e na sua versão eletrônica, (e-SIC), nos órgãos e entidades do poder público; pela realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação; e divulgação na internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, obedecidos os requisitos mínimos

previstos na legislação federal.

Números da Transparência do Governo do Maranhão

Segundo a Transparência Internacional – ONG que analisa e afere a transparência no mundo – os países com maior índice de transparência são aqueles que garantem aos cidadãos o acesso à informação sobre as despesas públicas, padrões mais fortes de integridade para funcionários públicos e sistemas judiciais independentes. Para que este fim seja alcançado, em seu último relatório divulgado em janeiro, a ONG sugeriu que os entes públicos, além de combaterem diretamente a corrupção, precisem promover o acesso dos cidadãos às informações públicas.

Por seguir as recomendações e fomentar o controle social, em 2015, primeiro ano de vigência da Lei Estadual da Transparência, a Secretaria de Estado de Transparência e Controle recebeu 339 solicitações de informação. Esse número triplicou em 2016, quando foram recebidos 1.159 pedidos de informação. Já em 2017, até o dia 22 de março, a Transparência do Governo do Maranhão já havia recebido 266 pedidos. No portal de acesso à informação (www.acesoainformacao.ma.gov.br) encontram-se disponíveis os relatórios estatísticos de cumprimento da Lei Estadual da Transparência.

to pelo governador de projeto de lei regulamentando a norma federal ainda no início de 2015. E o Maranhão se tornou

referência nacional no quesito "transparência", destacou o secretário de Transparência, Rodrigo Lago.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	23 / 03 / 2017	Página	02
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

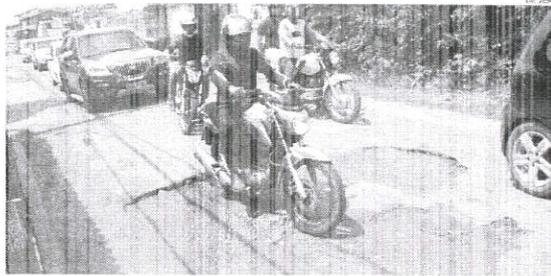
Buraqueira deixa condutores aturridos na Cohab e Forquilha

Na tentativa de desviar das crateras, muitas vezes cobertas por água, motoristas têm de fazer manobras perigosas, aumentando risco de acidentes; lentidão no trânsito se tornou rotina

Os motoristas que trafegam pelas vias da Cohab e Forquilha enfrentam constantes congestionamentos por causa de diversos motivos. O principal deles são os buracos ao longo das ruas e avenidas que comprometem também a segurança de condutores, passageiros, pedestres e ciclistas, já que, na tentativa de desviar dos buracos, muitas vezes são feitas manobras bruscas. Apesar das constantes reclamações, o problema nunca foi solucionado.

Na Forquilha, diversas ruas estão esburacadas. As ruas 5 e do Livramento são dois exemplos. Os buracos nas vias aumentaram com as chuvas fortes deste ano, aumentando os congestionamentos. Na Avenida 4, do Conjunto Cohab-Amil IV, os buracos também impedem que o tráfego na via, que liga o bairro à MA-201 (Estrada de Ribamar), flua normalmente.

Mes não são apenas os buracos



Via de acesso ao Cohabrac está cheia de buracos e com isso trânsito fica mais lento e perigoso na área

que tornam o tráfego difícil na região. Uma obra de requalificação urbana que está sendo executada para diminuir os engarrafamentos no Retorno da Forquilha fez com que muitos motoristas passassem a tra-

jejar pelas ruas internas da Forquilha, Forquilhão e Cohab.

Com mais carros e ainda mais buracos, a lentidão se tornou rotina. "Eu moro no Cohabrac e a Forquilha é minha rota de passagem todos os

dias. Há pelo menos oito meses essa obra de arrasto. A promessa era melhorar os engarrafamentos, mas por hora só criou outros", disse o radialista Camizão Neto.

Muitas vezes tem apenas uma fai-

LAGOA



Em frente ao Conjunto Ipês, na Forquilha, uma grande cratera se transformou em lagoa por causa das chuvas. Sem pavimentação e drenagem adequada, a água das chuvas se acumula, e os condutores precisam se arriscar ao passar pela área já que não sabem a profundidade do buraco. O trecho faz parte inclusive do itinerário de ônibus que trafegam pela Cohab, Forquilha e Forquilhão.

xa que serve de mão dupla. Quando dois ônibus vêm em sentido opostos o jeito é esperar. "Essa área aqui dá acesso ao bairro Maíoba. Por isso, o tráfego é sempre intenso. Os ônibus, quando passam, para desviar dos buracos os motoristas jogam os coletivos para cima dos veículos menores, pedestres e ciclistas e isso é muito arriscado", disse Eleonora de Oliveira, que mora na Avenida 4.

Camizão Neto chama a atenção ainda para outro problema. Foi mudado o sentido de muitas vias dessa região por causa da obra, mas as alterações complicam ainda mais a vi-

das condições. "A gente sai de um engarrafamento e cai em uma rua esburacada e engarrafada. Criaram contramão em ruas que não eram contramão. O tráfego ficou ainda mais complicado por aqui", reclama.

O Estado entrou em contato com a Prefeitura de São Luís para saber quando as vias terão a pavimentação melhorada, mas até o fechamento desta edição não obteve retorno. ■

VÍDEO NA VERSÃO DIGITAL

oestadoma.com



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	23 / 03 / 2017	Página	05
<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa			

Mais de 50% das praias de São Luís impróprias para banho

Laudo da Secretaria de Meio Ambiente mostra que 11 de 21 trechos estão impróprios para banho na orla; laudo anterior mostrava que apenas dois trechos não estavam próprios, número que cresceu no estudo atual

LEANDRO SANTOS
Da equipe de O Estado

O mais recente laudo das condições de balneabilidade das praias da Região Metropolitana de São Luís mostrou 11 de 21 trechos impróprios para o banho, totalizando 52% das regiões não adequadas para o banho. As análises foram feitas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Sema) e datam do período de 12 de fevereiro a 12 de março deste ano.

O laudo anterior divulgado pelo órgão estadual mostrou que apenas dois trechos da orla marítima da região metropolitana foram considerados impróprios. Já o documento mais recente apontou subiu para 11 a quantidade de pontos nessa condição.

As amostras de água são colhidas semanalmente em situação de maré baixa e na isóbata (curva usada em mapas para representar o mapeamento dos pontos da mesma profundidade em oceanos e lagos com grandes dimensões) de 1m.

O monitoramento obedece aos padrões fixados na Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Conama) nº 274/00, segundo a qual as águas das praias serão consideradas próprias, quando em 80% ou mais de um conjunto de amostras, obtidas em cada uma das cinco semanas anteriores, e colhidas no mesmo local, houver no máximo 100 Enterococos/100 mL (NMP - Número Mais Provável).

As águas das praias serão consideradas impróprias quando não atenderem aos critérios anteriores ou quando o valor obtido na última amostragem for superior a 400 Enterococos/100 mL (NMP).

Laudos

A Sema passou a divulgar os laudos com as condições de balneabilidade das praias após Ação Civil Pública (ACP) proposta pelo Mi-



Trecho da Praia de São Marcos impróprio para banho; água de esgoto se concentra e escorre para o mar, aumentando os riscos de poluição, prejudicando a balneabilidade da orla

SAIBA MAIS

Condições das praias, conforme laudo do dia 11/1

- Praia da Ponta d'Areia (ao lado do Forte Santo Antonio) - impróprio
- Praia da Ponta d'Areia (atrás do Hotel Praia Mar) - próprio
- Praia da Ponta d'Areia (atrás do Bar do Dodô) - impróprio
- Praia da Ponta d'Areia (em frente à Praça de Apoio ao Banhista) - próprio
- Praia da Ponta d'Areia (em frente ao Edifício Herbene Regacias) - impróprio
- Praia da Ponta d'Areia (em frente ao Hotel Brisa Mar) - impróprio
- Praia de São Marcos (em frente aos Bares Do Chef e Marlene's) - próprio
- Praia de São Marcos (em frente à Barraca da Marcela) - próprio
- Praia de São Marcos (em frente ao Agrupamento Batalhão do Mar) - impróprio
- Praia de São Marcos (em frente ao IPEM e ao Bar Kalamazoo) - impróprio
- Praia de São Marcos (Foz do Rio Caihu) - impróprio
- Praia do Calhau (à direita da elevatória II da Caema) - próprio
- Praia do Calhau (em frente a Pousada Tambaú) - próprio
- Praia do Calhau (em frente ao Bar Malibu) - impróprio
- Praia do Olho d'Água (à direita da Elevatória Pimental I) - impróprio
- Praia de São Marcos (Foz do Rio Caihu) - impróprio
- Praia do Olho d'Água (à direita da Elevatória Iemanjá II) - impróprio
- Praia do Meio (em frente ao Bar do Capiá) - impróprio
- Praia do Meio (em frente ao Bar da Praia) - próprio
- Praia do Araçagi (em frente ao Fatima's Bar) - próprio
- Praia do Araçagi (em frente ao Bar Novo Point) - próprio
- Praia do Araçagi (em frente ao Bar do Isaac) - próprio

nistério Público Federal (MPF) do Maranhão obrigando a secretaria a divulgar as condições de balneabilidade das praias de São Luís, Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, incluindo a fixação de placas em trechos impróprios para banho.

Em 2012, as praias da Região Metropolitana de São Luís passaram quase 200 dias interditadas pela Sema após a divulgação de um laudo, no dia 25 de março daquele ano, segundo o qual toda a orla estava imprópria para banho. A liberação ocorreu dia 11 de outubro, após a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) executar obras de melhoria do sistema de esgotamento sanitário de São Luís. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 23 / 03 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Operação Turing: Justiça mantém preso apenas ex-auxiliar do governo

Ex-adjunto da Secretaria de Administração Penitenciária, Danilo dos Santos saiu da investigação como chefe de um esquema de licitação de R\$ 37 milhões

MARCO AURÉLIO DEÇA
Editor de Política

O ex-secretário adjunto de logística e inovação da Secretaria de Administração Penitenciária do governo Flávio Dino (PCdoB), Danilo dos Santos Silva, é o único dos quatro envolvidos presos na Operação Turing, da Polícia Federal, mantido em prisão temporária por decisão do juiz da 2ª Vara Federal do Maranhão, Magno Linhares. Ele deve ficar preso até domingo, caso o juiz não decida prorrogar a temporária por mais cinco dias.

Criada para investigar suposto envolvimento de servidores da Polícia Federal e bloqueios com vazamentos de inquéritos sigilosos na PF, a Operação Turing acabou descobrindo que Danilo dos Santos comandava um provável esquema para favorecer empresários com obras na Seap, que movimentou, só em 2016, algo em torno de R\$ 37.676.994,56.

No relatório policial encaminhado à Justiça, Danilo aparece como alvo de interceptação telefônica, em conversas suspeitas com funcionários da Seap e proprietários de empresas que prestam serviços ao Governo, "denotando possível prática de outros ilícitos, tais como fraude em licitações e desvios de verbas públicas, inclusive de origem federal, oriundas do BNDES e de convênio com o Departamento Penitenciário Nacional".

O ex-funcionário do governo Flávio Dino foi exonerado do cargo no dia 10 de março, apenas três dias antes de o juiz Magno Linhares decretar sua prisão temporária. Além dele, são citadas no esquema de licitações da Seap as empresas VTI Serviços e Projetos de Modernização e Gestão Corporativa Ltda; Vital Construções e Incorporação Nossa Senhora e Pátima Ltda; Monte Libano Engenharia Ltda



Danilo dos Santos Silva foi exonerado três dias antes da prisão

e Brasfort Construções e Serviços Ltda.

"A pedido"

Em nota divulgada no dia da operação, a Secretaria de Administração Penitenciária informou que a exoneração de Danilo foi a pedido do próprio servidor, embora no documento publicado no Diário Oficial não conste nenhuma inscrição "a pedido", como é praxe em casos desse tipo.

"Os outros suspeitos já não exercem funções na secretaria, entre eles o ex-secretário adjunto Danilo dos Santos Silva, que pediu afastamento do cargo no dia 9 de março por decisão pessoal", disse a nota da Seap.

Além de Danilo dos Santos, outras três pessoas tiveram a prisão preventiva decretada e revogada no mesmo dia, logo após os depoimentos.

AÇÕES SUSPEITAS

Demissão e prisão foram coincidentes

Algumas coincidências marcam a exoneração de Danilo dos Santos Silva e a decretação de sua prisão pela Justiça Federal. Ele foi exonerado no dia 10 de março, conforme extrato do Diário Oficial do Estado. E a prisão foi decretada no dia 13 de março, apenas três dias depois. Nem o Governo nem a Polícia Federal, no entanto, souberam explicar se houve vazamento de informações para precipitar a demissão do auxiliar de Flávio Dino antes do estouro da operação.

Secretário transferiu servidora que o alertou sobre corrupção

O secretário da Administração Penitenciária, Murilo Andrade, foi avisado sobre a nomeação para alto cargo na pasta de um indivíduo com histórico de corrupção no interior. A decisão de Andrade foi a de transferir a servidora, segundo revelou ontem o blog de Daniel Matos.

O indivíduo é ninguém menos que Cesário Ferreira Brandão Júnior, nomeado em agosto de 2015 para o cargo de pregoeiro oficial da pasta. Um ano e meio depois, ele é um dos investigados na Operação Turing, que levou à cadeia o adjunto Danilo dos Santos Silva.

De acordo com o blog de Daniel Matos, Cesário Brandão responde por várias ações ajuizadas pelo Ministério Público do Maranhão por causa de sua suposta má conduta no exercício do cargo de leiloeiro oficial da Prefeitura de Brejo. Os processos datam de 2015, mesmo ano em que o suspeito foi nomeado presidir a Comissão Setorial de Licitação da Seap.

Na Operação Turing, ele aparece como membro da "Organização Criminosa comandada pelo servidor Danilo dos Santos Silva", como revelou a Polícia Federal. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

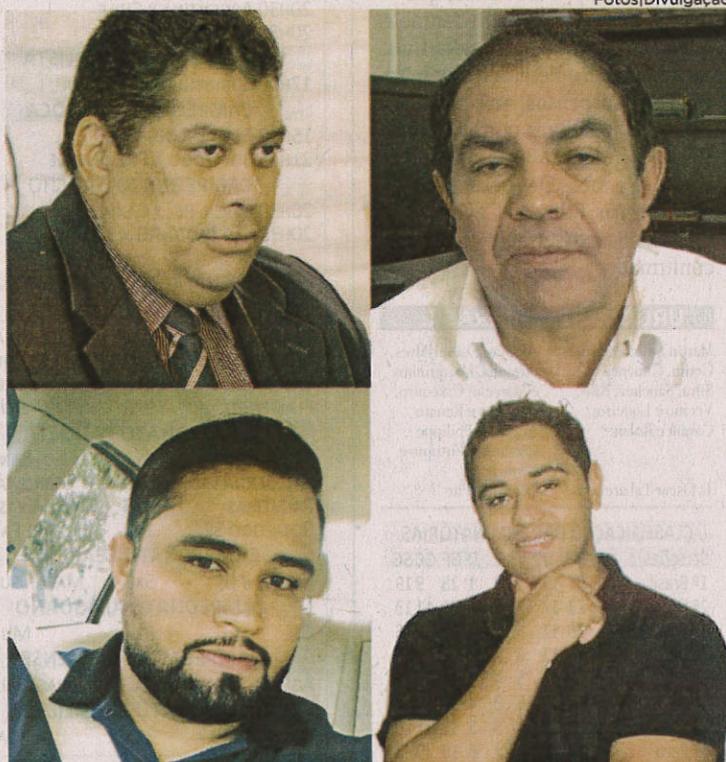
VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	23 / 03 / 2017	Página	12
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Juiz revoga prisão temporária e blogueiros acusados pela PF são soltos durante a noite

O juiz José Magno Linhares Moraes, titular da 2ª Vara da Justiça Federal no Maranhão, revogou, na noite de anteontem mesmo, as prisões temporárias dos blogueiros Luís Assis Cardoso Silva de Almeida (Luís Cardoso), Luís Pablo Conceição Almeida (Luís Pablo) e Hilton Ferreira Neto (Neto Ferreira) – estes últimos, filhos de Cardoso, que haviam sido presos, na manhã de terça-feira, durante a operação “Turing”, que também prendeu o agente federal Danilo dos Santos Silva. Danilo segue detido.

O trio de blogueiros é acusado pela PF de atrapalhar investigações policiais e de extorquir empresários e servidores públicos. Segundo a PF, o grupo conseguia informações sigilosas sobre operações policiais com o agente Danilo dos Santos e cobrava de R\$ 1.500 a R\$ 10 mil para não divulgá-las em seus blogs. Às vezes, segundo a Polícia Federal, também cobravam para retirar informações já divulgadas nos blogs ou não prosseguir com as postagens sobre determinado assunto.

O delegado federal Max Eduardo Alves Ribeiro, um dos coordenadores da operação “Turing” disse que os blogueiros foram “interrogados e reinquiridos, tendo prestado esclarecimentos amplos, verossímeis e suficientes a respeito dos fatos sob investigação”, não sendo mais necessária a permanência deles na prisão. O próprio delegado solicitou a revogação das prisões. Além da prisão de Luís Cardoso, Luís Pablo e Neto Ferreira, foram conduzidos coercitivamente pela PF outros cinco blogueiros, apontados pela polícia como integrantes do grupo que praticava achaaques: Antonio Marcelo Rodrigues da Silva (Marcelo Minard), Yuri dos Santos Almeida



Fotos/Divulgação

Juiz Magno Linhares mandou prender e, ainda na noite de terça-feira, revogou a prisão dos blogueiros; Após prestarem depoimento e terem prisão revogada, Luís Cardoso, Luís Pablo e Neto Ferreira foram soltos

(também filho de Luís Cardoso), Marcelo Augusto Gomes Vieira (Marcelo Vieira), Ezequiel Martins da Conceição (Kiel Martins) e Antônio Martins Filho (Nego John).

REPERCUSSÃO NACIONAL

A prisão dos blogueiros maranhenses e a condução coercitiva de outras cinco pessoas repercutiu nacionalmente. Sem citar nomes, os portais dos importantes jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo destacaram a operação “Turing”, da Polícia Federal, que prendeu ainda, um agente federal, acusado de vazar informações

sigilosas de operações da PF aos blogueiros. O portal G1, do Sistema Globo, também repercutiu a notícia. “PF investiga agente e blogueiros que vazavam investigações em troca de dinheiro” (Estadão); “PF prende blogueiros suspeitos de chantagear investigados no Maranhão” (Folha); e “PF investiga grupo que colocava em risco investigações no Maranhão” (O Globo) foram os títulos das reportagens nacionais. A mídia nacional informou que os blogueiros foram acusados pela PF de extorquir empresários e servidores públicos. Destacou, ainda, que o grupo, segundo a PF, conseguiu informações sigilosas

sobre operações policiais com o agente Danilo dos Santos e cobrava de R\$ 1.500 a R\$ 10 mil para não divulgá-las em seus blogs. Às vezes, também cobravam para retirar informações já divulgadas nos blogs ou não prosseguir com as postagens sobre determinado assunto, conforme a polícia.

MANIFESTAÇÃO DA SEAP

A propósito de investigação da PF sobre blogueiros e funcionários daquela instituição policial, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) do Governo do Maranhão se manifestou em nota. Eis a íntegra:

1. O Juiz Federal Magno Linhares deixou claro que não há fatos envolvendo a utilização de recursos federais no âmbito da Secretaria de Administração Penitenciária, não persistindo investigação sobre esse tema;
 2. Apesar do conteúdo da decisão judicial, por prudência, a Secretaria resolveu;
 - A) afastar os dois servidores citados na ‘Operação Touring’ enquanto ocorrem as investigações. Os outros suspeitos já não exercem funções na secretaria, dentre eles o ex-secretário adjunto Danilo dos Santos Silva, que pediu afastamento do cargo no dia 9 de março por decisão pessoal.
 - B) suspender todos os pagamentos referentes às empresas citadas até que os fatos sejam devidamente esclarecidos e abrir uma auditoria interna independente para apurar possíveis irregularidades.
- Por fim, a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária reafirma o compromisso da gestão com a idoneidade de sua administração pública, se colocando à inteira disposição dos coordenadores da ação que desencadeou o inquérito.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	(<input checked="" type="checkbox"/>) Política	() Cidades / Vida () Geral () Polícia
(<input checked="" type="checkbox"/>) O Imparcial	() A tarde		
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder	() Outros	
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 23 / 03 / 2017	Página 05	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Blogueiros ironizam revogação de suas prisões

Após liberação, Luís Pablo e Luís Cardoso ironizaram prisão temporária em seus blogs e afirmaram que são perseguidos por conta da atuação informativa deles

DA REDAÇÃO

A 2ª Vara da Justiça Federal no Maranhão revogou, ainda na noite da terça-feira (21), por decisão do juiz José Magno Linhares Moraes, as prisões temporárias dos blogueiros Luís Assis Cardoso Silva de Almeida, Luís Pablo Conceição Almeida e Hilton Ferreira Neto, suspeitos de integrar uma organização criminosa que chantageava e extorquia políticos e empresários investigados pela Polícia Federal. Apenas o agente da Polícia Federal Danilo continua preso.

Após a desflagração da Operação Turing pela Polícia Federal realizada nesta terça-feira (21), que culminou com a prisão temporária de quatro pessoas e posterior liberação por parte da Justiça, dois dos envolvidos se manifestaram em seus blogs contando suas versões do ocorrido.

Em postagem em seu blog, Luís Pablo informou, ainda na noite de terça, que foi apenas alvo da Operação Turing, mas não houve manutenção do decreto de prisão expedido. "O editor desta página foi alvo de uma operação da Polícia Federal, mas foi liberado pelo delegado Felipe que entendeu ser desnecessário manter o decreto de prisão, que foi expedido pela Justiça Federal. Tudo foi devidamente esclarecido, e, por essa razão os responsáveis pela operação solicitaram a revogação da prisão e o editor do Blog foi liberado", descreveu.

Além disso, Luís Pablo ataca os "envolvidos" afirmando que é uma tentativa de desmoralizar sua atuação no blog. "O titular desta página acredita na Justiça e informa que a tentativa de desmoralizar o Blog Mais Polêmico do Maranhão por parte de alguns comunicadores não surtiu efeito. Esta página segue a linha de jornalismo investigativo e denunciando toda as mazelas de



Luís Cardoso, Neto Ferreira e Luís Pablo foram liberados após prestar depoimento na Polícia Federal

políticos corruptos", finalizou. Já Luís Cardoso utilizou-se de ironia para contar sua versão do caso, voltando-se contra alguns meios de comunicação de São Luís e o Governo do Estado. "Enquanto setores do Governo do Estado comemoravam, a Mirante anunciava a prisão por extorsão e 'líder' de organização supostamente criminosa comandada pelo blogueiro Luís Cardoso, o X-9 do jornal Pequeno informava que o jornalista havia sido preso e algemado na Assembleia Legislativa e levado para Pedrinhas, a Polícia Federal concluiu que não havia necessidade da continuidade do pedido de prisão contra o titular do Blog, e também de Neto Ferreira e Luís Pablo", contou.

Segundo as investigações, os blogueiros recebiam informações privilegiadas de um policial federal, identificado como Dauldo dos Santos Silva, que também foi preso. De posse das informações, os blogueiros entravam em contato com os políticos e

empresários investigados pela PF exigindo dinheiro em troca de silêncio.

Além dos três blogueiros presos, que são todos integrantes da mesma família, outros cinco foram conduzidos coercitivamente à sede da Polícia Federal, na Cohama, por suspeita de envolvimento no esquema criminoso. O titular de um desses blogs, identificado como Yuri dos Santos Almeida, foi indiciado por corrupção ativa, organização criminosa e extorsão.

Para completar, Cardoso afirmou que ficou na sede da Polícia Federal das 10h da manhã até às 17h, quando ele e outros envolvidos prestaram depoimento e acabaram liberados logo após serem ouvidos pelas autoridades, sem nenhuma prisão. "Nenhum blogueiro chegou a ser preso depois das tomadas de depoimentos", afirmou.

Para se defender, Cardoso ainda afirmou que não ficou esclarecida a acusação de que ele recebia informações da PF e tentava fazer extorsão, pois "fo-

mos liberados pelos delegados após os depoimentos, apesar do pedido de prisão temporária por cinco dias".

O blogueiro Neto Ferreira, que também teria prisão temporária decretada e revogada nesta terça-feira, não comentou em nenhuma postagem o ocorrido.

Já o blog do Antonio Martins publicou a notícia das prisões e conduções coercitivas, mas não fez nenhuma referência a si mesmo como um dos envolvidos na Operação. Por outro lado, os blogs editados por Kiel Martins, Marcelo Vieira e Mirand não tiveram nenhuma postagem explicando ou citando a Operação Turing. Os quatro também foram levados para prestar depoimento.

Durante a tarde de ontem, a reportagem tentou por oito vezes no período das 13 às 20h contato com Luís Cardoso, Neto Ferreira e Luís Pablo pelos seus contatos expressos em seus blogs e números pessoais, não sendo atendida por qualquer um dos três.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	() Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
() O Imparcial	() A tarde		
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder	() Outros	
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 23 / 03 / 2017	Página 04	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Perito é preso por desvio de armas sob custódia do Icrim

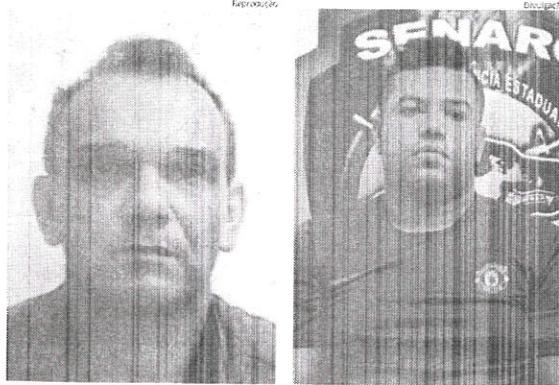
Funcionário do instituto foi flagrado quando vendia uma submetralhadora e duas caixas de munições para um ex-presidiário e líder de um bando, residente no Maibão; uma pistola e quatro celulares também foram apreendidos

ISMAEL ARAÚJO
Do editoria de Polícia

A polícia confirmou ontem, durante coletiva na sede da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), no Bairro de Fátima, que o perito criminalístico auxiliar do Instituto de Criminalística (Icrim), identificado como Sandro Luis Araújo de Sousa, de 56 anos, é um dos principais suspeitos de comercializar armas de grosso calibre e munições sob custódia do instituto com integrantes de facções criminosas na Ilha.

Sandro Sousa foi preso na terça-feira, 21, no bairro Maibão, em Caxoeira do Maranhão, em companhia do ex-presidiário e líder de bando criminoso Joubert Cabral Sampaio, o Joca, de 33 anos. Nessa incursão, feita por uma equipe da Senarc, foram apreendidos uma submetralhadora da marca Taurus, duas caixas de munições calibre ponto 40 e 357, quatro celulares, uma pistola, e uma caixa de RS 10 mil em um veículo Etios azul-marinho, de placas PSM-6710.

Investigação
O delegado Carlos Alessandro de



Sandro Luis Araújo de Sousa foi preso quando vendia arma para Joubert Cabral Sampaio, ex-presidiário

Assis, superintendente da Senarc, dos bairros que os policiais no chevron há cerca de 30 dias sem informação da direção do Icrim sobre o desaparecimento de armas e munições e que a suspeita era de que esse material estava sendo comercializado com integrantes de grupos criminosos da Região Metropolitana de São Luís.

Os policiais começaram, então, a investigar e, seguindo o delegado, descobriram que a suspeita recaía sobre Sandro Sousa, que exerce a

Reportagem

função de perito balístico há mais de três décadas no Icrim. A polícia começou a monitorar esse profissional de segurança pública e, no fim da tarde de terça-feira, uma equipe da Senarc seguiu o perito até a residência de Joubert Cabral.

funcionário de perito balístico há mais de três décadas no Icrim. A polícia começou a monitorar esse profissional de segurança pública e, no fim da tarde de terça-feira, uma equipe da Senarc seguiu o perito até a residência de Joubert Cabral.

SAIBA MAIS

Material apreendido

- 1 submetralhadora da marca Taurus
- 1 pistola ponto 40
- 1 caixa de munição calibre ponto 40
- 1 caixa de munição calibre 357
- 4 celulares
- RS 10 mil
- 1 veículo Etios azul-marinho, de placas PSM-6710.

na Rua 91, quadra 36, no Maibão.

Os policiais aguardaram e só realizaram a abordagem quando Sandro Sousa negociava duas caixas de munições e uma submetralhadora com o ex-presidiário. A polícia apreendeu ainda a pistola de Sandro Sousa e o seu veículo Etios. Na casa de Joca, foi encontrada a quantia de R\$ 10 mil. "Esse dinheiro seria para o pagamento da arma e das munições", afirmou o delegado.

Carlos Alessandro de Assis disse ainda que Sandro Sousa confirmou o extravio das armas, mas negou a comercialização. Ele vai responder pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e munição, comercialização irregular de arma de fogo e peculato. O perito vai ficar preso em uma das celas da Delegacia de Polícia Civil da Cidade Operária (Dccop), enquanto Joubert Cabral foi autuado por percepção qualificada. Ele tem passagem na Justiça por homicídio e porte ilegal de arma de fogo e ainda ontem foi encaminhado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Agências dos Correios assaltadas no interior

Fatos ocorreram nas cidades de Bacabal e Lago do Junco na terça-feira; polícia realiza incursões na região, mas até ontem não tinha pista dos ladrões

Incursões continuavam ontem no interior do estado visando prender os criminosos que assaltaram as agências dos Correios nas cidades de Bacabal e Lago do Junco, na tarde de terça-feira, 21. A polícia informou que dois Correios de Bacabal foram levados mais de R\$ 300 mil. No ano passado, essa agência foi alvo de banditismo por duas vezes. O caso está sendo investigado

pelos policiais Civil e Federal, mas até a tarde de ontem não havia registro de prisão dos acusados. Dois criminosos seriam assaltados no Convênio de Bacabal. Um deles teria sido ferido e os clientes, transtornados em uma sala, enquanto o outro obrigou o gerente a abrir o cofre e recolher todo o dinheiro. Eles ameaçavam a todo o instante matar as vítimas.

A dupla criminosa, antes de

fugir, deixou todos amarrados e trancados dentro da agência. Eles ainda levaram o vídeo de monitoramento, para não serem identificados.

Há a agência em Lago do Junco também foi assaltada por dois criminosos, que portavam arma de fogo. A polícia informou que os bandidos estavam usando farda de uma empresa terceirizada da Cemar e com capacetes. Eles invadiram a agência no fim do expediente e renderam os funcionários e os clientes.

Os assaltantes tiveram acesso ao cofre e levaram todo o dinheiro, cujo valor não foi revelado. Eles fugiram em uma motocicleta laranja. Uma guarnição da Polícia Militar ainda esteve no local do assalto e realizou diligências pela região, mas não conseguiu prender os criminosos.

Reprodução de imagem TV Mirante



Agência dos Correios em Bacabal, que foi assaltada na terça-feira

185 kg de droga apreendidos na cidade de Itapecuru-Mirim

Maconha procedente do município de Arama, encontrada com dois traficantes, seria comercializada em bocas de fumo locais; essa foi a terceira apreensão de droga no Município em menos de oito dias

Os suspeitos de comercializarem droga no interior do estado, identificados como Miguel Pereira, de 52 anos, e Ivan Lopes, o Papão, de 23 anos, foram apresentados ontem à imprensa na sede da Secretaria de Segurança Pública, na Vila Palmeira. Eles foram presos na terça-feira, 21, no município de Itapecuru-Mirim, com 185 kg de maconha prensada procedente de Arama, avaliados em R\$ 180 mil. Com os traficantes, foram apreendidas ainda duas motocicletas, uma Psp 100 e outra Fan preta.

Segundo informações do delegado Samuel Moreira, da regional de Itapecuru-Mirim, primeiramente a polícia conseguiu prender Ivan Lopes no centro da cidade e com ele foi apreendido 2,5 kg de maconha. Esse criminoso foi levado para a delegacia e declarou aos policiais que não sabia o produto com Miguel Pereira. Ambos os criminosos foram presos em uma casa, localizada em uma rua residencial da cidade. A maconha estava pronta para ser comercializada.



Miguel Pereira e Ivan Lopes foram apresentados ontem em São Luís com a maconha apreendida com eles

O delegado informou ainda que a maconha seria vendida na cidade e nas localidades adjacentes. As buscas continuaram visando prender os outros envolvidos nessa ação criminosa.

Reincidência

Barbém na cidade de Itapecuru-Mirim, a polícia já fez duas buscas e apreensões de drogas em menos de oito dias. No dia 19, uma equipe da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc) apreendeu

15 kg de maconha e prendeu o ex-presidiário Geilson Santos Correia, o Didi, do Gerente dos Santos Correia e família, Lemus dos Santos Adônis, oriundo do estado de Goiás. Seria vendida na capital.

No último dia 16, 10 kg de pasta base de cocaína, oriunda do Paraguai, avaliados em torno de R\$ 200 mil, foram apreendidos pela Senarc nesse passado. A droga estava em um veículo Corsa Classic, de placas OXV-0986, que era conduzido

pelo irmão-grossista Almir Isidoro Sérgio, de 29 anos.

As informações da delegacia, ele declarou que a droga seria entregue a um dos maiores distribuidores de droga na Ilha, líder de uma facção criminosa e acusado de roubo a bancos, José Mário Marques Monteiro Júnior, o Jairo Cabanga, de 28 anos, natural de Pernambuco, que reside em São Luís. Cabanga também foi preso e os dois foram autuados pelo crime do tráfico de droga interestadual.

Polícia procura os matadores de um jovem na Operária

Crime ocorreu na terça-feira, quando a vítima retornava de uma igreja junto com dois amigos

A polícia ainda ontem não havia localizado os principais suspeitos da morte de Carlos Daniel Conceição de Sousa, de 16 anos, fato ocorrido na noite de terça-feira, 21, nas proximidades da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), no bairro Cidade Operária. Ainda de acordo com a polícia, há possibilidade de o crime ter sido praticado por adolescentes, que ainda tentaram roubar o celular da vítima. Dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP) revelam que quatro pessoas já foram vítimas de latrocínio (roubo seguido de morte) somente este mês na Ilha. Entre estes casos, dois ocorreram na Cidade Operária.

O tenente-coronel Arlindo Lisboa, comandante do 6º Batalhão da Polícia Militar, informou que a vítima e mais dois adolescentes retornavam de uma igreja na Cidade Operária e, ao se aproximarem da universidade, foram abordados pelos assaltantes.

Antônio Lisboa disse ainda que os criminosos teriam exigido os celulares das vítimas, mas como Daniel Conceição não entregou o seu, acabou abajado com um tiro na cabeça e morreu no local. "As outras duas vítimas entregaram os seus celulares aos assaltantes, mas Daniel saiu correndo e foi morto a tiros", frisou o tenente-coronel.

Guarnições da Polícia Militar estiveram no local do crime e realizaram incursões no bairro com o objetivo de localizar os acusados, mas não obtiveram sucesso. O fato está sendo investigado por uma equipe da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP), sob coordenação do delegado Marcos Afonso Júnior.

RELEMBRE

Casos de latrocínio

- Dia 6:** Leonardo Silva Torres, de 26 anos, na Cidade Operária
- Dia 7:** Domingos Bispo de Oliveira, de 54 anos, no São Raimundo
- Dia 16:** Darlison Bezerra dos Santos
- Dia 22:** Carlos Daniel Conceição de Souza, de 16 anos, na Cidade Operária

Fonte: Secretaria de Segurança Pública (SSP)



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procuradoria Geral de Justiça
**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	23 / 03 / 2017	Página	04

Perito é preso vendendo arma

Perito criminalista auxiliar do Icrim é preso vendendo submetralhadora para homem suspeito de homicídio e de integrar facção criminosa na Grande Ilha

DOUGLAS CUNHA

A Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) apura os crimes praticados pelo perito criminalista auxiliar Sandro Luiz Araújo de Sousa, preso por uma equipe de investigadores da Seic, quando negociava com um homem, no Maibão, em Paco do Lumiar, uma submetralhadora e munições subtraídas do Instituto de Criminalística (Icrim) da Polícia Civil.

A Seic já vinha investigando o sumiço de armas que se encontravam no Icrim para serem periciadas. A prisão de Sandro aconteceu no momento em que ele se encontrava na casa de Joubeth Cabral Sampaio, conhecido como "Joca", na Rua 91, no Maibão, negociando com o armamento, uma submetralhadora Taurus calibre ponto 40, com carregador, uma caixa de munição do mesmo calibre e uma caixa de munição calibre 357.

Crimes e autuações dos suspeitos

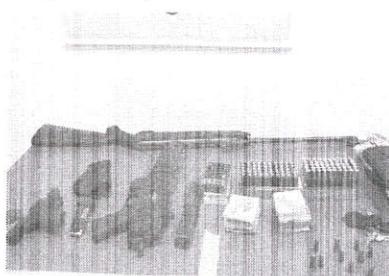
O perito auxiliar Sandro Luiz foi autuado por porte ilegal de arma e porte ilegal. Paralelamente, foi instaurado procedimento administrativo para apurar sua conduta, conforme disse o delegado-geral da Polícia Civil, Genésio Melo Pereira. Ele afirmou que o perito em questão a ser punido, a exemplo de outros policiais que tiveram esse tipo por delito de conduta, não cobraram o nome e o número da Polícia Civil em suas folhas de candidaturas.



Perito foi preso tentando vender uma submetralhadora para 'Joca', suspeito de integrar facção criminosa

Armas e munições apreendidas

Na revista feita no carro do perito, uma Toyota Etios, os investigadores encontraram uma pistola PT 740, calibre ponto 40, 50 munições do mesmo calibre, 50 munições de calibre 357 Magnum, duas munições calibre ponto 25, quatro rebulantes e uma espingarda de pressão 5.5. Os policiais prenderam também Joca, por receptação. Joca já responde a processos por homicídio e porte ilegal de arma de fogo. Ele é suspeito de fazer parte de uma facção criminosa e está sendo investigado. Ambos foram autuados em flagrante delito na Seic.



A submetralhadora e outras armas foram apreendidas durante a ação

VILA SARNEY.....

Dupla bem conhecida da polícia vai em cana de novo

Ação da polícia da região metropolitana de São Luís culminou na prisão de duas pessoas suspeitas de comercialização de drogas. O caso foi registrado na Vila Sarney. Os dois foram identificados como Edenilson Barbosa Costa, de 20 anos, e Walisson Silva Almeida, também de 20 anos. Edenilson e Walisson foram

detidos na Rua 2, do bairro, flagrados pela polícia ainda dentro da boca de fumo. No local, foram encontrados 27 gramas de crack, oito trouxinhas de maconha, uma balança de precisão e mais R\$ 200 trocados. Os suspeitos já tinham sido presos por assalto e tráfico de drogas em outras oportunidades.



Edenilson e Walisson estavam com drogas, dinheiro e balança



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	23 / 03 / 2017	Página	07 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

SENHOR DAS ARMAS

Perito do Icrim é preso vendendo submetralhadora para líder de facção criminosa

O auxiliar do (Icrim) Instituto de Criminalística do Maranhão, identificado como Sandro Luiz Araújo de Souza, foi preso por policiais civis da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico - Senarc, na manhã desta terça-feira (21), por suspeita de vender armas de fogo sob a custódia do Instituto.

As investigações da polícia tiveram início após o sumiço de várias armas de grosso calibre que eram objetos de perícia que estavam no depósito do Icrim. Durante o bojo das investigações ficou constatado que somente alguém com trânsito livre dentro do instituto poderia estar cometendo o furto das armas.

Os policiais passaram a monitorar Sandro Luiz que foi flagrado vendendo uma sub-



Sandro Luiz Araújo de Souza, foi preso por policiais civis

metralhadora MT .40 taurus com carregador, para um homem identificado como Joubertson Cabral Sampaio, no

valor de R\$ 10 mil, no bairro Maiobão, em Paço do Lumiar.

Os policiais fizeram uma vistoria no veículo do perito

e encontraram uma pistola PT 740 Taurus calibre .40, 58 munições de .40, 50 munições de 357 Magnum, 10 munições de calibre 32, duas munições .25 CAP, quatro celulares e uma espingarda de pressão 5.5.

A polícia também prendeu Joubertson Cabral Sampaio, vulgo "Joça", que era o receptor dos objetos furtados de dentro do Instituto. "Joça" tem passagem pela polícia e responde a processos criminais por porte ilegal de arma de fogo e homicídio, e ainda é suspeito de integrar de uma facção criminosa.

Segundo a polícia, as investigações sobre o sumiço de armas do Icrim vão continuar, para saber se outros armamentos sumiram e se há mais pessoas envolvidas no crime.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	23 / 03 / 2017	Página	08
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Perito criminalístico auxiliar é preso vendendo submetralhadora

Na terça-feira (21), a Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), prendeu um perito criminalístico auxiliar do Instituto de Criminalística do Maranhão (Icrim), identificado como Sandro Luís Araújo de Sousa, suspeito de vender armas de fogo que estavam em poder do Icrim.

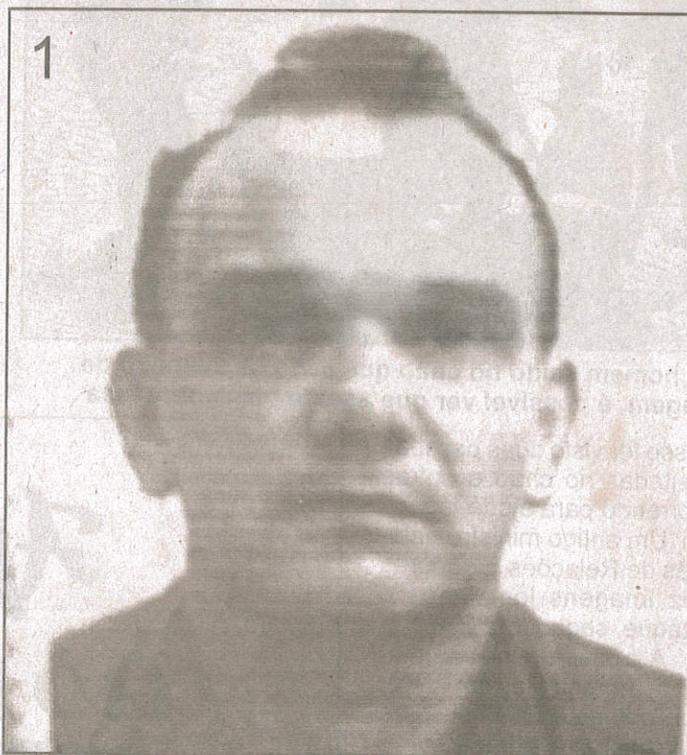
Segundo informações policiais, a prisão do perito se deu após a polícia iniciar uma investigação sobre o sumiço de armas que estavam no Instituto de Criminalística para serem periciadas. Sendo que, na tarde de terça, os policiais flagraram Sandro Luís saindo do Icrim e se dirigindo a uma residência no bairro Maiobão, em Paço do Lumiar, onde foi flagrado vendendo uma submetralhadora MT .40 taurus, com carregador e munições, para um homem identificado como Joubert

Cabral Sampaio, no valor de R\$ 10 mil.

Após fazer uma vistoria no carro do perito, uma Toyota Etios, e na casa de Joubert Cabral, a polícia encontrou: uma pistola PT 740 taurus calibre .40, 58 munições de .40, 50 munições de 357 Magnum, 10 munições de calibre 32, duas munições .25 CAP, quatro celulares e uma espingarda de pressão 5.5.

Além da prisão do perito Sandro Luís, a Polícia Civil prendeu, também, Joubert Cabral como receptor. O homem já responde a processos criminais pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e homicídio, e ainda é suspeito de integrar de uma facção criminosa.

De acordo com a Senarc, as investigações sobre o sumiço de armas do Icrim vão continuar, para saber se outros armamentos sumiram e se há mais pessoas envolvidas no crime.





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	23 / 03 / 2017	Página	12
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Perito auxiliar é preso quando tentava vender submetralhadora no Maiobão

NELSON MELO

Após investigação feita pela Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), foi efetuada a prisão de Sandro Luís Araújo de Sousa, que é perito criminalista auxiliar, do Instituto de Criminalística (Icrim). Este foi flagrado, segundo a polícia, negociando uma submetralhadora, calibre 40, da marca Taurus, com Joubert Cabral Sampaio, o "Joca", no Conjunto do Maiobão, em Paço do Lumiar, no fim da tarde de terça-feira (21).

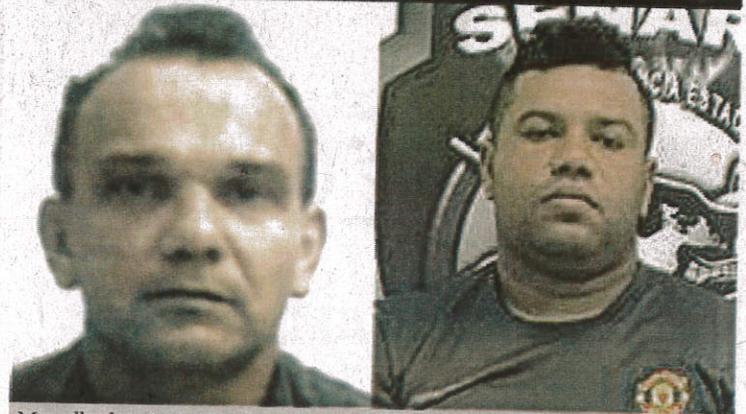
Titular da Senarc, o delegado Carlos Alessandro esclareceu que a negociação acontecia na casa de "Joca", na Rua 91, Quadra 30. Além da arma de fogo, o perito também oferecia ao criminoso uma caixa de munições calibre 357 e outra de projéteis calibre ponto 40. Joubert, disse Carlos Alessandro, responde a processos

pela prática de porte ilegal de arma de fogo e homicídio, tendo sido apontado como integrante da facção Bonde dos 40.

O delegado Luciano Bastos, que compõe a equipe da Superintendência de Repressão ao Narcotráfico, descreveu que tudo começou quando o Icrim comunicou sobre um desvio de armas e munições. A partir dessa informação, a apuração sobre o caso teve início, com campanhas no local e a verificação de funcionários da instituição que tinham acesso ao armamento. No momento em que Sandro chegava à residência de "Joca", para entregar a submetralhadora, houve a abordagem dos policiais civis, que encontraram, ainda, na casa do receptor Joubert, a quantia em dinheiro no valor de R\$ 10 mil, que alegou que seria utilizado para contratar advogados. Esse dinheiro,



Fotos/G. Ferreira/Divulgação



Metralhadora e munições que seriam vendidas por Sandro Luís para "Joca"

contudo, seria oferecido ao auxiliar pericial. O perito foi autuado por peculato, porte ilegal de arma de uso restrito

e comercialização de arma. Já Joubert teve o auto de prisão lavrado por comercialização de arma e receptação.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	23 / 03 / 2017	Página	04
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

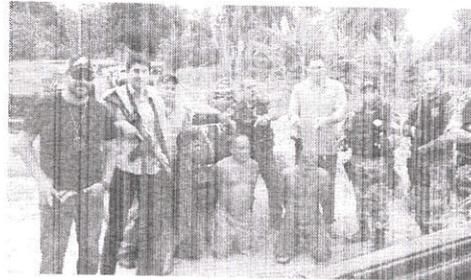
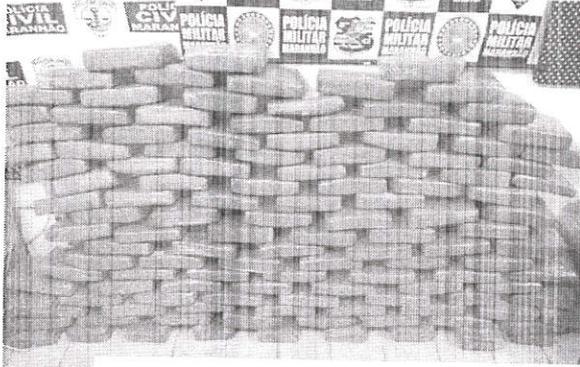
BRASILÂNDIA

Três pessoas detidas com 150kg de maconha

Na cidade de Itapeturu-Mirim, cidade distante 110km da capital maranhense, a Polícia Civil de São Luis, em conjunto com a Delegacia de Itapeturu, apreendeu aproximadamente 150 quilos de maconha, em um sítio que fica entre a divisa do povoado Caixa d'Água e Brasilândia.

Durante a operação, três homens foram detidos, sendo que um deles era apenas consumidor. Os outros dois seriam os donos das drogas, que foram identificados como Miguel Pereira, de 53 anos, e Ivan Lopes, de 23 anos. De acordo com informações do delegado titular de Itapeturu-Mirim, Santuál Morita, os condzidos são os traficantes e responsáveis pela distribuição da droga na região. "Essas drogas seriam levadas para algumas cidades do estado, dentre elas, São Luis", afirmou o delegado.

Os detidos agora sofrerão as medidas judiciais cabíveis.



Os 150kg de maconha foram apreendidos em poder de Miguel Pereira e Ivan Lopes



é a distância de
São Luis a Itapeturu-Mirim